

“Descobrimdo” o Manual Colonial

Um olhar sobre alguns dos atuais manuais de história do 5.º ao 12.º ano - exercício que faço anualmente com as e os estudantes - faz pensar o muito que há por fazer.

Cristina Roldão

3 de Março de 2022, 6:22

O recém-aprovado **Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação** tem como uma das suas medidas a alteração dos manuais escolares. As críticas ao eurocentrismo e ao racismo estrutural nos manuais de história, embora escassas, não são novas: temo-las em pesquisas (Marta Araújo e Sílvia Maeso, 2016), em recomendações nacionais (Conselho Nacional de Educação, 2020) e internacionais (ECRI, 2016 e 2018 e ONU/Afrodescendentes, 2021), assim como nas reivindicações públicas do movimento negro (como a Carta de coletivos afrodescendentes e antirracistas à CERD/ONU, 2016). Os casos de racismo que têm marcado a atualidade, assim como a resistência das autoridades em reconhecê-los como tal, evidenciam a urgência de uma pedagogia antirracista. Um olhar sobre alguns dos atuais manuais de história do 5.º ao 12.º ano - exercício que faço anualmente com as e os estudantes - faz pensar o muito que há por fazer.

A África do séc. XV a XIX surge, geralmente, sem qualquer delimitação e discussão das suas soberanias políticas, como os impérios do Mali, Benim, Wolof ou o Reino do Congo. A exceção é a remota civilização egípcia, descrita enquanto antecâmara da civilização grega, mais do que nas suas relações políticas em África. Do continente saem, para outras latitudes, linhas que representam “rotas comerciais” e que **fazem equivaler ouro, malagueta e marfim, portanto mercadorias, a vidas humanas** - chegando-se mesmo a perguntar: “que produtos eram trazidos de África?” (HGP em Ação 5). Contar é também, muitas vezes, glorificar um passado de violência e saque - designado como “descobrimentos”, com D maiúsculo. Há quem convide os estudantes a encontrar na Internet os padrões de pedra portugueses ainda existentes por esse mundo (Missão: História, 8.º ano), talvez mais para reatualizar a grandeza do império, do que para reflectir sobre como reparar hoje os povos desses territórios.

Mas se a África de então nos é retratada como uma mina de riquezas, a África pós-colonial surge como o “continente de todos os males” (Um novo tempo de História, 12.º). Discorre-se sobre insuficiência alimentar e sanitária, caos político e crise humanitária, problematizando-se pouco o que é o neocolonialismo. Exibem-se fotografias de crianças

do sul global com legendas como “fome e miséria” ou “terceiro mundo” (Viva a História!, 9.º ano). Este discurso transmite a ideia de que os africanos são incapazes de se autogovernar e que, não fosse o apoio humanitário da Europa, ainda estariam pior.

É raro referir-se que Portugal foi o principal (e não um dos principais) traficante de escravizados no Atlântico. Já a figura do Padre António Vieira (PAV) está hipervisibilizada, como que para mostrar que, apesar de tudo, tínhamos por cá quem criticasse a escravatura. Ao invés de “endeusá-lo”, seria importante **olhar criticamente para a crítica do PAV** e levar os estudantes a reflectir sobre as contradições do “humanismo”. É que ser contra os “excessos” de violência não significa, necessariamente, ser por princípio contra a violência, reconhecer humanidade ou o direito à igualdade e à resistência.

A (suposta) vocação “antirracista” do país reaparece no tema da abolição. Quando não mesmo enquadrada no mito do pioneirismo português, esta tende a ser vista como resultado exclusivo de vontades ocidentais (entre outros, Um Novo Tempo da História, 11.º A). Como ignorar a Revolução do Haiti? Como ocultar exemplos da resistência negra à escravatura, como o Quilombo dos Palmares, a Revolta dos Angolares e a Rainha Nzinga, apresentada mais como convertida ao cristianismo e “vassala” de Portugal, do que enquanto estratégia militar e política na resistência ao domínio português? Um dos manuais até apresenta um excerto do livro *A minha Verdadeira História*, da autoria de Olaudah Equiano (1789), célebre abolicionista negro. Mas aquilo que parecia ser uma boa iniciativa é rematado com a seguinte pergunta: “Parece-te que o depoimento deste jovem [Olaudah Equiano] merece confiança? Porquê?” (História 8).

Quando diretamente abordado, o racismo surge como apanágio do nazismo, os restantes fascismos europeus (entre os quais o português) teriam outros problemas, mas não esse (veja-se tabela proposta em O Fio da História, 9º ano). Esta visão reduz o racismo aos casos extremos - um programa estatal explícito de genocídio étnico - e dissocia-o do colonialismo. Perde-se, assim, a oportunidade de abordar o racismo como um dos pilares do Estado Novo - materializado no Estatuto do Indigenato e no Lusotropicalismo - e mesmo da I República.

Há ainda exemplos em que o eurocentrismo e o racismo têm uma visibilidade aterradora. É o caso da legenda “Representação de um cafre” utilizada na reprodução de uma pintura do séc. XVI onde figura um homem negro (Um Novo Tempo da História - 10º ano). Numa ilustração, que tem no fundo as caravelas estacionadas numa praia tropical, onde invasores e povos nativos virão a ter o dito contacto intercultural - que sabemos como acabou -, coloca-se à frente uma criança ameríndia que sorri dizendo ao leitor: “Hoje foi um dia de festa na minha aldeia” (HGP em Ação do 5.º ano). Continuam

a utilizar-se fotografias actuais de povos do Quénia e do deserto do Calahari para ilustrar as primeiras civilizações da humanidade, categorizando-os assim como primitivos contemporâneos (Viva a História - 7.º ano). O mesmo acontece quando se diz “ainda existem comunidades de índios no Brasil, hoje em dia” (HGP em Ação 5). Outro exemplo problemático é uma infografia com o **número de mortos da “guerra colonial”**, mas em que afinal apenas se contabilizam os mortos do exército português (O Fio da História, 9.º ano). Essa forma de narrar está, aliás, em linha com a narrativa dominante de “des-africanização” do 25 de Abril e de apresentação das independências como algo que foi “dado” pelos portugueses.

Em nenhum manual de história há uma linha que seja sobre a história das comunidades ciganas portuguesas e do anticiganismo em Portugal, assim como não há sobre a presença negra, que remonta pelo menos ao séc. XV. Este é um vazio fértil para o esteriótipo, para o branqueamento das origens (multiraciais, não só caucasianas) e para o acicatar de velhos ódios.

Irá agora, com o Plano Nacional de Combate ao Racismo e Discriminação, o Ministério da Educação (ME) mostrar-se mais proactivo nesta matéria? Até ao momento, os argumentos têm sido que o mercado dos manuais é livre, que os manuais já não são o “guião” das aulas, que esses “temas” podem ser abordados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e no tempo lectivo facultado pela flexibilidade curricular. E as editoras? Sendo este um negócio lucrativo e competitivo, terão interesse num manual descolonizado num país por descolonizar, que terá, provavelmente, pouca “procura” e “custos” de confronto político? Dirão também, talvez, que é a própria grelha curricular que os impossibilita de tais abordagens. Sem voltar, obviamente, ao “livro único”, urge encontrar formas de repensar as perspetivas abordadas (sobre racismo/colonialismo e outras relações de poder) e fazê-lo de forma participada. Abre-se agora um espaço, vejamos o que se fará com ele.

*Agradeço às e aos estudantes da licenciatura de Educação Básica da ESE-IPS, cuja generosidade e olhar crítico na análise de manuais escolares, muito contribuiu para este texto.

A autora é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico

(<https://bit.ly/3sDp2rW>)